

# Pediatria, puericultura, pedagogia...: imagens da criança e o devir-criança<sup>1</sup>

Ricardo Burg Ceccim<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente documento registra a abordagem revisada da conferência realizada pelo autor em um Seminário Nacional: *Imagens da criança – a infância nas artes*. A abordagem escolhida foi a de descrever uma história da infância, capturando demarcações à pediatria, puericultura e pedagogia, áreas de conhecimento específico ou originário da infância. Problematiza-se, então, as imagens da criança como representações que propõem reapresentações do mundo (modelização do mundo) e desafia-se pensar o mundo como indefinido, aberto às produções, onde a criança não tenha uma imagem representada, mas uma perspectiva visível dos devires inventivos, criativos, curiosos, ativos diante do mundo (invenção de mundos). Em lugar da imagem como representação e fixação do mundo, a imagem como potência de realidades, aberta às produções, invenção de mundos.

**Palavras-Chave:** Criança; Devir; Infância; Subjetividade; Pediatria; Puericultura; Pedagogia; Saúde Coletiva.

## Introdução

Uma imagem é uma definição de contornos ou uma territorialização, forjada pela coagulação ou cristalização de um circuito de conexões que faz emergir as figuras da realidade.

Podemos pensar a imagem como *representação* e opor real (as representações da realidade) e irreal (sem veracidade concreta), onde a noção de imaginário surge para incorporar o campo de transição entre realidade e irrealidade. Admitindo-se um modelo de verdade, o imaginário serviria para discernir verdadeiro e falso na realidade.

Podemos, entretanto, pensar a imagem como *configuração* e em lugar de opor o real ao irreal, captar o movimento de constituição das figuras da realidade, compreendendo a existência de uma virtualidade compondo-se com o real. Neste caso, o real é entendido como o atual (o visível das formas e o invisível das sensações como dimensões reais da realidade atualizada) e

---

<sup>1</sup> Este texto se refere à conferência realizada no Seminário Nacional “Imagens da Criança – a infância nas artes” realizado pela Secretaria Municipal da Cultura (Coordenação do Livro e Literatura), Porto Alegre, 18 a 20/06/98.

<sup>2</sup> Sanitarista, Doutor, Diretor da Escola de Saúde Pública/RS, professor de educação em saúde na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

compreendendo o falso como potência de devir sobre a verdade (sem um modelo de verdade, o falso é potência de atualidade de uma verdade), onde o imaginário é instância inventiva de imagens ou potência de atualização.

A distinção entre *imaginário representativo* e *imaginário inventivo* é que no primeiro as distinções real-irreal e verdadeiro-falso são substituíveis, ligadas às noções de consciência, progresso e razão, enquanto no segundo as distinções são reversíveis, ligadas à noção de circuitos de troca. Real e virtual ou verdadeiro e falso invertem-se e reinventam-se pelo atual, compondo imagens para assegurar circuitos de troca (inventar a realidade, inventar o mundo, inventar a si mesmo).

O imaginário inventivo não busca novas sínteses ou a superação dialética, mas configurações segundo a necessidade de afirmar potências criativas e não aquilo que seja mais verdadeiro. Ao imaginário inventivo interessam as simulações, não a busca de essências, origens, evolução ou consciência racional.

Deleuze, estudando sobre cinema, passou a formular uma noção de imaginário como *cristais de tempo*, dizendo que aquilo que se vê no cristal são *imagens de tempo* (potências do falso) e, então, o imaginário seria uma imagem-cristal (Deleuze, 1992).

Paul Klee, conforme Luzán (1998) falava que sua arte não podia refletir a superfície (isto que uma chapa fotográfica pode fazer) porque ele refletia até o coração e, por isso, seus rostos humanos eram mais verdadeiros que os originais. Para Luzán (op. cit.), Klee fala de uma interioridade que se distingue claramente da superfície, sem opor aparência e essência. Não é a essência que precisa ser buscada, mas o circuito de conexões invisíveis (íntimas, por acoplamento afetivo, *páticas*) que compõem o real e só podem ser captadas, não fotografadas.

Destaco aqui um artista porque é da arte essa condição de sensibilidade e contato com a alteridade. É da arte dar visibilidade ao invisível, escutar/ver o inventivo sob o representativo e torná-lo visível/audível. Assim como é da criança a invenção e a criatividade ou a facilidade de enveredar pelos estranhos e insólitos universos do jogo, do desenho e dos brinquedos. O imaginário-criança é o das sintonias afetivas, dos acoplamentos cognitivos, da invenção de linguagens para descobertas vividas. Um imaginário-criança não possui o verdadeiro, experimenta. Não analisa logicamente, descobre afetos. Não organiza identidades e limites, embarca na expansão.

## **Crescimento e desenvolvimento como extinção da criança**

Reaver as práticas históricas de como as sociedades tratavam a criança ou como lidavam com a infância nos defronta com a construção histórica dos conceitos morais de civilização, razão, consciência e perfeição humana.

Se hoje entendemos por condição especial das crianças o fato de estarem em fase de intenso **crescimento físico** e **desenvolvimento psíquico**, o

que lhes dá garantias morais e legais de preferência no direito à saúde e à educação, não podemos deixar de lembrar que, no século XVII, o crescimento e desenvolvimento significavam debelar e rejeitar o estado infantil em que os homens se encontravam nas idades precoces. Era pela luta contra o que de infância houvesse em nós que poderíamos nos alçar à humanidade e à cidadania.

A infância não se confundia com ingenuidade, identificava-se com animalidade e com incapacidade: ausência de razão, de domínio lingüístico e de consciência moral. Entendia-se que uma criança aprendia com o corpo e não com o intelecto, sua vontade era instintiva e não crítica, logo faltava-lhe caráter, inteligência e competência humana.

Até o início do século XVIII, o pensamento social vigente propunha que os homens se faziam humanos pela expulsão de tudo que neles houvesse da criança. O modelo de homem era o adulto racional e consciente da realidade.

O historiador francês Philippe Ariès estudou a transformação dos sentimentos de infância e de família, pesquisando as criações artísticas na pintura, na decoração de igrejas e túmulos e em fontes documentais como testamentos e diários de famílias, legando-nos a *História social da criança e da família* (Ariès, 1981) que nos permite detectar o surgimento da família nuclear, da escola e do sentimento de infância contrapostos à hipótese de que a família e a escola sempre existiram e sempre tiveram a mesma designação social ou de que uma natureza infantil sempre caracterizou a criança como alvo de carinho, proteção e amor parental.

Outra extensa pesquisa foi empreendida pela filósofa Elisabeth Badinter que retomou a história e os comportamentos sociais para examinar a condição da maternidade em *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (Badinter, 1985), revelando o sentimento de amor materno como um sentimento humano entre outros e não indefectível, detendo-se nos comportamentos de pais, mães e filhos e oferecendo-nos densos elementos para compreender a condição das crianças.

No Brasil, um estudo de fôlego semelhante é apresentado pelo sanitariano e psicanalista Jurandir Freire Costa em *Ordem médica e norma familiar*, onde vasculha, com cuidadosa pesquisa, a história dos comportamentos relativos à infância e à família na época colonial (Freire Costa, 1989).

### **A alta mortalidade infantil e a criança-esperança**

A ausência de um sentimento de infância, tal como o conhecemos hoje, atravessou a história da humanidade, registrando épocas de grande abandono e mortandade das crianças.

Antes da era cristã, as crianças indesejadas eram *expostas* à morte, sendo empilhadas em monturos públicos de deposição dos enjeitados, colocadas em barcos e lançadas ao mar, largadas no campo ou na rua para que fossem recolhidas por algum interessado ou devoradas por insetos rasteiros,

cães e outros animais. Podiam ser queimadas em fogueiras de dejetos ou sacrificadas em rituais místicos ou religiosos e ainda mutiladas para justificar o pedido de esmolas ou apelo de ajuda sócio-econômica por adultos pobres, comerciantes decadentes e escravos fugidos.

Na Antigüidade, o infanticídio era prática comum e até incentivada, inclusive como proposta política de controle populacional. O infanticídio era ainda tão freqüente até o século XIII que os hospitais foram orientados pela igreja a receber e recolher crianças abandonadas para que não se acumulassem tantas mortes miseráveis.

Robert Darnton mostra que muitos dos contos infantis, hoje acusados de perversão contra crianças, como os contos do Chapeuzinho Vermelho e de João e Maria, narravam, em verdade, experiências da vida cotidiana das famílias camponesas (Darnton, 1986)<sup>3</sup>. Essas práticas perduraram em maior ou menor proporção durante o século XVIII.

Até o século XII, não constavam crianças nas criações artísticas e nem mesmo a pintura retratava a imagem corporal de crianças. Os artistas pintavam as crianças como adultos, eram adultos em tamanho reduzido, ou seja, não havia uma figura social para a criança. A criança não existia, as crianças não eram nem mesmo o adulto em potencial ou em crescimento, elas eram o adulto, ainda em miniatura.

No século XIII, o hábito de entregar um filho a Deus, passando sua educação à Igreja para se tornarem freis ou freiras se disseminou entre as famílias pobres como reivindicação do direito à honra e ao respeito social, dando lugar ao freqüente abandono de crianças diante das portas de igrejas, mosteiros e conventos.

No século XV, durante a Renascença, passamos a ver a criança retratada na pintura, elas figuram como anjinhos róseos ou azuis-claro. Surge uma figura à infância: representação do ingênuo, do inocente, do bom e puro. A escultura é farta de figuras infantis angelicais: risonhas, bochechudas e roliças. Os anjos podem ser nus e sexuados e vão de Eros ao Menino Jesus.

A criança agora ganha a figura da esperança, da promessa de vir-a-ser. Ser criança é ser ninguém, mas que virá a ser, a criança é a alegoria da alma do adulto. A criança é a reserva de pureza e inocência e revela o tempo da ausência de moral e pudor a serem conquistados e nunca mais perdidos. A criança pode andar nua, o adulto não mais. Viver, para a criança, passa a ser a esperança de uma vida no futuro.

No século XVI começam a disseminar-se os colégios, claramente orientados pela segregação da criança, seu adestramento moral, disciplinamento

---

<sup>3</sup> Darnton conta que aquilo que tornava comoventes os contos populares não era o seu final feliz como lhes acontece depois do século XVIII, principalmente quando se tornam contos infantis. Eram contos populares e não contos dirigidos às crianças, sugeriam cautela e não bom comportamento. Apontavam que nenhuma moral governa o mundo em geral e que o bom comportamento não determina o sucesso. Desastres não podem ser prevenidos, nem explicados, devem ser simplesmente suportados.

físico e rigidez de pensamento. Os colégios religiosos e filantrópicos acolhem crianças pobres e sem família, funcionando como instituições reformadoras e de prevenção da delinquência, como se fossem abrigos de polícia social (Casas de Recolhimento).

Durante o século XVIII, na modernidade, as crianças eram submetidas as mais severas restrições e proibições, utilizadas para trabalhos de grande risco como a limpeza das chaminés industriais (já que podiam penetrá-las), abusadas fisicamente por circuncisão, infibulação, castração ou clitoridectomia, fechadas em emplastos de folhas, couro ou borracha, acorrentadas, surradas, amedrontadas e castigadas. Viver para a criança era apenas permanecer vivo.

O abandono de crianças ao longo de toda a história foi tão freqüente que a assistência às crianças *expostas* se materializou em instituições de finalidade específica: as Casas dos Expostos ou Casas dos Enjeitados ou, ainda, Casas da Roda.

As Casas da Roda eram instituições que possuíam um dispositivo giratório como uma janela em uma parede no qual havia um balcão. Este balcão, girado para fora, permitia que ali fossem depositados os bebês enjeitados e, então, girado para dentro onde seria recolhido por funcionários da Casa. Ao girar a Roda soava uma sineta que avisava aos funcionários a deposição de mais um bebê. A identidade daquele que abandonava a criança permaneceria desconhecida para sempre e o futuro da criança para sempre desconhecido daquele que a abandonara.

Inventada no século XIII, as Rodas chegaram ao Brasil em 1726, sendo instaladas nas Santas Casa de Misericórdia das principais cidades brasileiras. A primeira foi instalada em Salvador (1726), seguida pela do Rio de Janeiro (1738), Recife (1789), São Paulo (1825), São Luiz (1829) e Porto Alegre (1837). No Rio Grande do Sul, instalada no Hospital Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, funcionou durante 103 anos, tendo sido fechada há aproximadamente 60 anos, em 1940.

Somente a partir do século XX a criança passa a ter o reconhecimento de estar vivendo um período especial do desenvolvimento psicológico do homem. Pelas descobertas de Freud sobre o inconsciente e suas raízes constitutivas, de Spitz sobre o abandono afetivo e a necessidade de intimidade e estimulação e de Bowlby sobre o apego e a importância do vínculo amoroso, a criança surge como montagem do adulto.

O modelo de caracterização do humano que veio sendo construído no plano da visibilidade, da moral e da lei desde a Antigüidade até a Modernidade é o modelo de homem de sexo masculino, raça branca, adulto, de orientação heterossexual, detentor das faculdades de raciocínio lógico e consciência, possuidor de grande força física, que dá nome a família, possuindo bens e patrimônio que honram esse nome.

A qualquer dessas tendências, quando dirigidas à configuração das formas da subjetividade, Nietzsche chamou "humano, demasiado humano"

(Nietzsche, 1987). São essas tendências que justificam, na modernidade, a criação da categoria “diferente” para incluir, entre os humanos, a mulher, a criança, os loucos, os deficientes mentais, os deformados, os doentes, os negros e a orientação sexual homoerótica, por exemplo.

Essa noção de diferença só se cria e se mantém na vigência de uma moral social *demasiado humana*. Como se pode notar, essas *diferenças* não instauram outro plano para o humano, sua lógica é a das equivalências e substituições ao padrão (mantido) em referência.

### **Emergência da higiene materno-infantil**

Tomando-se as figuras históricas da criança, pode-se perceber as configurações históricas com que se impunham as figuras da vida e do saber como prisioneiras de um limite representativo *demasiado humano*.

A figura da criança mais comum na história é a do filho, uma imagem sem qualquer especificidade ou peculiaridade ligada à infância. Do ponto de vista afetivo, sua posição é *suplementar* (como um adicional, como um acréscimo) e não *complementar* (como exigência afetiva para suprir e completar o núcleo familiar) e *instrumental* (pode ser chamada a exercer certas funções econômicas, sociais ou de poder na família ou sua linhagem), mas não é tida com o caráter *utilitário* com que se tem os escravos ou servos<sup>4</sup>.

A mulher e os filhos compõem a célula primária dos direitos do pai, dão configuração e consistência ao poder do pai.

Quem é alvo de direitos, atenção, cuidados e proteção especial é o pai e isto podemos reconhecer como vigente até bem pouco tempo em nossa organização social. Porém, até o nascimento da psicanálise e mais ainda da psicanálise infantil, a criança não era objeto de desvelo e amor materno ou parental e nem alvo de intensa afeição, hoje condições defendidas pela puericultura como cruciais ao desenvolvimento físico e psíquico sadios da criança.

Não havia positividade em ser criança, ser criança era ser incompleto e incompetente, era preciso crescer para se tornar competente naquilo que se é: um adulto. O universo das subjetivações, da Antigüidade à Modernidade, se remetia ao culto à propriedade, ao passado e às leis divinas. Ao pai cabia a figura da propriedade, do passado e da lei, donde advém a linguagem de *o chefe da família, a casa paterna, o pátrio poder, o homem da casa*, por exemplo, que investem as figuras da mulher, do filho e dos adultos não pais, entre a parentela, como um desdobramento.

É preciso entender que durante todas as épocas históricas em que se conviveu com a escravidão e servidão de concidadãos a liberdade era o equi-

---

<sup>4</sup> A distinção entre o filho e as *utilidades* distingue as relações afetivas com que se perde, abandona ou sacrifica os filhos. Essas práticas não eram indiscutivelmente isentas dos sentimentos de tristeza, frustração ou pena, por exemplo.

valente de propriedade. Nos regimes em que a polarização social se deu entre proprietários e escravos/servos, as lutas sociais se esgotavam entre apropriar-se (ter posse) e ser apropriado (nada possuir).

Os homens livres eram a menor proporção dos cidadãos da Antigüidade e da Idade Média, as chances de liberdade (escapar da polarização da propriedade) eram mínimas e extremamente difíceis de alcançar (a igreja, a sapiência filosófica, o pequeno comércio, o trabalho médico e o trabalho jurídico foram as alternativas históricas mais freqüentes e terminaram por constituir novas figuras representativas para a liberdade).

A vivência passada, o entendimento do passado e a reverência ao passado tornavam respeitável o adulto e venerável o idoso. O homem responsável devia controlar a mulher, os filhos e os escravos (ignorantes ou inocentes, menos racionais e menos lógicos) e, estes, deviam respeito ao pai de família (patrão e protetor).

As leis do pai ou leis do patriarca ou leis divinas dão forma ao prestígio e à honra do nome do pai, à manutenção das tradições e continuidade sagrada da moral. As leis renovam a mentalidade patriarcal e justificam os castigos físicos e a obediência *incontinenti* ao pai. As crianças eram punidas com farta violência física (é fácil lembrarmos das palmatórias, das varas de marmelo, dos galhos de goiabeira, entre vários métodos, mas haviam outros: objetos de sevícia e duras humilhações psicológicas).

Sobre as filhas os poderes do pai eram ilimitados, uma vez que reuniam a condição de serem mulheres, crianças e filhas. Os pais eram patrões e gozavam da autoridade de patriarcas e protetores, constituindo-se em reserva e fonte da subsistência pelas vias de conquistar alguma propriedade, representar e dignificar o passado e consagrar a moralidade. O pai era a garantia de vitalidade da família. A geração e conservação de bens e posses promovia a família em conjunto e a cada um de seus membros. O poder, prestígio e honorabilidade acumulados pelo pai se estendiam para toda a família e sua derrota significava a derrota de toda a família.

A religiosidade na cultura medieval, ao investir a criança com a figura do anjo, oferece aos séculos seguintes uma imagem à importância da obediência, do respeito ao pai e do respeito às regras como se pregava para o adulto em relação à igreja e à Deus (era o respeito e a obediência que levariam à perfeição da alma).

A criança retratada como anjo, os *putti* da pintura e escultura medievais, possuía clara influência eclesiástica, fornecendo uma figura da criança íntima com o paraíso e o reino dos céus. Numa época em que a mortalidade infantil era extremamente elevada, a criança morta era um anjo que ia para o céu, pois uma alma pura só poderia encontrar o reino do paraíso. A vida estava representada pela obediência e a criança, que já representava a obediência, encarna a pureza e a inocência como um signo, por isso, não implicava ser amada e cuidada.

A criança passa a ser o signo da alma do adulto. Somente almas puras

(obedientes, tementes e amantes do patrão e do poder) podem alcançar o paraíso. Alcançar o paraíso é a promessa que só seria atingível após a morte. Entra-se no século XVIII com uma excessiva mortalidade infantil sem que tal fato mobilizasse preocupação nas famílias, médicos e administradores.

No final do século XVIII, a alta mortalidade começa a mobilizar moralistas, administradores e médicos e surge um novo discurso às subjetivações: o discurso da maternidade. A maternidade engloba a gravidez, parto, amamentação e cuidados com o recém-nascido. Seu conteúdo discursivo, prescrito pelos movimentos moralistas de higiene social, visava conter a disseminação das doenças e mortes na sociedade. A preocupação dos higienistas não é com as crianças, mas com a contenção epidemiológica dos adoecimentos e da mortalidade.

A pediatria mesma, como especialidade de conhecimento médico só vai surgir no século XX, essa era uma tarefa das mulheres (das curandeiras/das enfermeiras). As doenças comuns da infância só eram conhecidas por seu potencial epidêmico e não pelo interesse de uma atenção ou proteção à saúde das crianças. Como, até o século XIX, mais de 50% da mortalidade geral ocorria em menores de 6 anos, estes se tornaram alvo prioritário das campanhas higiênicas. No que se refere à saúde individual, alguém teria que ser responsabilizado pela vigilância sanitária. Assim, surgem os deveres da mãe para com a maternidade.

Os deveres da mãe iniciam com a gestação, se prolongam pela amamentação do próprio filho até o surgimento da primeira dentição e na oferta de cuidados de higiene corporal e das roupas do bebê. A mãe deve agora dedicar a vida ao filho, dela dependerá a sua sobrevivência, sua saúde, sua beleza física e sua vitalidade.

A própria psicanálise, enquanto não ousa o desafio de inventar linguagens para detectar a potência de vida de outros afetos na invenção do si mesmo e do mundo, renova e ressignifica as figuras representativas (sem ousar sair da representação, não há invenção e, sem invenção, os afetos são reificados). A tradicional interpretação psicanalítica reconduzia toda a subjetividade ao pai e à mãe. Hoje a literatura psicanalítica que escapa da representação coloca o pai e a mãe como meios, entre outros, de experimentação do mundo pela criança e não como matriz única e inelutável dos afetos. Chaim Katz diz que uma psicanálise da *crianceria* afirma insistentemente o desejo como imanente e não se deixa capturar pelo desejar desde o desejo do outro (Katz, 1996).

A prevenção das mortes precoces também se relaciona com a contenção dos nascimentos e todo um discurso médico recairá sobre a higiene da maternidade: casamento, fidelidade conjugal, ausência de prazer sexual e longo espaçamento da prática sexual após um nascimento. Após o advento da psicanálise, as mães serão promovidas de responsáveis a culpadas por tudo que de bom ou mau aconteça às crianças. Para chegar até aí os estudos sobre a mortalidade infantil foram detectando novas responsabilidades a se-



rem assumidas pelas mães.

Entre as práticas relacionadas com alta prevalência de mortes infantis estavam a confiança dos bebês às amas-de-leite, a amamentação por amas mercenárias, entrega de bebês aos asilos e orfanatos e o abandono de crianças. A prática de entregar bebês às Casas de Expostos tornou-se alvo dos higienistas porque, criadas para proteger da morte as crianças indesejadas (os enjeitados), registravam altas taxas de mortalidade infantil.

As crianças que eram entregues às Casas dos Expostos (a Roda) eram crianças filhas de uniões adúlteras, uniões proibidas pelos pais, filhos de escravos que tentavam salvar suas crianças da escravidão, filhos de escravas com o patrão ou com os filhos do patrão, filhos que resultavam de prostituição ou de estupros, bebês que nasciam com deformidades ou doenças, bebês de partos complicados, bebês de famílias já muito numerosas, filhos de mulheres que preferiam comercializar seu leite materno e obter renda, filhos seqüestrados das escravas por seus patrões para alugarem seu leite materno, filhos de jovens prometidas pelos pais etc..

As Casas da Roda terminaram por revelar nas estatísticas higiênicas uma elevada proporção de nascimentos ilegítimos, uma elevada proporção de partos mal realizados, uma elevada proporção de mortes no primeiro mês e no primeiro ano de vida, más condições de higiene do meio social, abusos morais e sexuais, entre outras características das más condições de vida da população. Enquanto os higienistas definiam padrões de moralidade e sanidade às populações, as Casas da Roda, inesperadamente, competiam pela inutilidade dos valores morais pregados.

Como a mortalidade infantil era indubitavelmente maior entre os menores de um ano e, nestes, recaía massivamente sobre os menores de 30 dias, os higienistas elegeram a amamentação e o cuidado materno como o alvo de sua maior teorização, pesquisa e educação social. Surge a disciplina da higiene materno-infantil como prioridade ao estudo da saúde pública e da educação e cuidado dos filhos. A criança passa a ocupar uma nova figura social, cada vez mais identificada como alvo de cuidados, desvelo e amor.

Uma nova ordem familiar começa a nascer desde a passagem do século XVIII ao XIX e na consolidação dos desígnios à subjetivação no novo século.

### **Maternidade, colégio e puericultura**

Para atenuar a mortalidade infantil e melhorar a saúde nas cidades, com a ascensão dos conglomerados urbanos, era preciso modificar o sentimento de poder dos homens. Modificar o sentimento de poder dos homens significava conter-lhes os abusos diante de escravos, filhos e esposas, as mulheres e as crianças em geral. Uma súpula da higiene doméstica poderia se resumir em: pai provedor, mãe educadora, criança em crescimento e desenvolvimento físico, moral e intelectual no seio de um lar com vistas ao bom serviço à

sociedade.

Novas relações econômicas estavam realizando o surgimento de uma ciência do Estado. O movimento de unificação da Alemanha depõe em favor da nova lógica social em curso no que se refere à família e à criança. Estava sendo gestado o Estado-nação, onde *todos* os cidadãos são *filhos da nação* e devem respeito ao *pai-Estado*, seu protetor. Se precisava mais pais e menos patrões, para que todos servissem ao capitalismo monopolizante.

Os pais não poderiam mais ser proprietários, mas tutores dos filhos da nação, os cidadãos do futuro. Para fazer nascer o sentimento de nação era preciso redefinir os papéis dos pais e das crianças, cabendo a toda família a devoção ao Estado que seria uma devoção à humanidade.

A modernidade impõe um novo modo de vida que vai aparecer no final do século XVIII, mas que se desenvolverá e criará raízes na subjetividade ao longo do século XIX. Um modelo de vida que se voltará para a interioridade e intimidade do lar e da família de onde sobrevivem laços amorosos que esgotam a vigência exclusiva dos laços consangüíneos aprendidos da família feudal.

A mãe passa a ser o centro da célula familiar e a matriz dos afetos dos filhos. A higiene e a medicina social nascente neste mesmo período, tanto contribuiu a este sentimento, quanto lançou suas bases de vigilância extrema sobre os hábitos, condutas e atitudes da população, disciplinando intensamente a vida e os conceitos de saúde e doença. Foucault (1992) descreve essa *normalização* médica da vida social nas vertentes da saúde pública: a Polícia Médica (alemã), a Medicina Urbana (francesa) e o Sanitarismo (inglês).

A educação das crianças em colégios entrava neste perfil de vigilância e disciplinamento do corpo e da mente, se apresentando como única saída para formar cidadãos com retidão moral, capazes de amar e servir à Humanidade e detentores do conhecimento competente para explicar o mundo e as relações entre os homens.

Se amar aos filhos tornava-se fundamental, educá-los corretamente era a única garantia de que se tornariam os adultos desejados pela sociedade. O discurso da medicina social era de que as famílias não sabiam amar, esqueciam-se de regras morais, adulavam as crianças e expunham-nas às experimentações da rua. Era preciso saber onde se esgotava o papel materno e onde começava o papel do colégio.

À mãe caberia, agora, o período do aleitamento, das fraldas, de aprender a falar, andar e controlar os esfíncteres, aprender a vestir-se e calçar-se sozinha e a assumir sua própria higiene. A seguir, a criança de boa família ou que visasse a melhor integração social deveria ser enviada ao colégio, os mais eficazes seriam os colégios internos.

Todas as saídas do internato colegial, os contatos com a rua e o próprio retorno ao convívio familiar eram acusados por pedagogos e médicos como perigosos porque as crianças teriam acesso às conversas indiscretas, à leitura de romances, aos entretenimentos secretos, à masturbação, às perversões.

sões morais que grassavam entre os iletrados, os vadios e devassos.

No colégio, a criança abandonaria seus afetos infantis para aprender o que é o belo, o bom e o honesto. Um novo homem e um novo mundo teriam seu começo nos bancos escolares, submetidos às mais criteriosas regras pedagógicas e ao mais criterioso conhecimento científico. Mas de *locus* privilegiado das normas de ser e das ordens médicas, o internato passou a repercutir, inesperadamente, em incitação à masturbação e à homossexualidade.

Aos poucos, e sob a pressão das mulheres, o pai se defronta com a maternagem. A puericultura se atualiza com os movimentos de mulheres pelo mundo. Os estudos sobre a educação infantil passam a refletir novas ordens sobre as aprendizagens cognitivas e sobre o brincar e o brinquedo para a criança. A mortalidade infantil se reduz drasticamente e a natalidade também. As escolas passam por modelos cada vez mais diversos, ainda assim, o discurso do poder ou da necessidade da alegria na escola começa a ganhar vigência nas representações pedagógicas.

O que as relações sociais e econômicas da modernidade instalaram na subjetivação atual da criança e da família é que a criança é o vir-a-ser. Ela será tudo o que não conseguimos ser. Para ela o futuro será melhor, *ela é a esperança*.

A criança passa a encarnar uma promessa, um pacote de subjetividade voltado para o futuro. A criança seria muito diferente do adulto porque este vive no mundo real, material e objetivo, mensurável e palpável. O adulto é razoável e comedido, a criança é insensata.

O mundo infantil seria de fantasia, a criança deveria ser preparada para um futuro suposto, ela estaria no caminho do futuro e, assim, pais, pediatras, puericultores e pedagogos apontavam os caminhos que a criança deveria seguir para se tornar um adulto.

A nova figura à criança é o vir-a-ser, a esperança, ou seja, há algo já determinado a alcançar no futuro, futuro desejado que se pode antecipar por planejamento e eleição de condutas apropriadas.

### **Devir-criança**

Se em vez de localizarmos a criança como vir-a-ser, reconhecêssemos, por intermédio da criança, o devir, poderíamos admitir que o seu desenvolvimento não remete às exigências do futuro, mas às experimentações em que pode exercer as suas potências, se compondo com os diferentes meios com os quais convive, incluindo as pessoas, entre elas, principalmente, os pais e os irmãos.

O desenvolvimento do bebê se faz por sintonia afetiva e acoplamento cognitivo com o adulto, servindo os adultos como meio à exploração e não como matriz dos significados que vão povoar para sempre o inconsciente. O inconsciente é aberto, conectando-se com as forças que compõem encontros e acasos, ele é a criança que insiste no adulto, não é o reservatório traumáti-

co das representações.

A criança é um conjunto de potências devindo. A marca da criança é sua expressão por intensidades, sua aprendizagem pela experimentação e pelo jogo. A criança realiza o encontro real-imaginário. O imaginário infantil conta com um corpo com órgãos (seu corpo físico) e com um corpo acessório (sem órgãos) com o qual ela se compõe o tempo todo, por isso pode entrar em diferentes sintonias, realizar diferentes acoplamentos com o que vive<sup>5</sup>.

O que as grandes teorias e os adultos tentam fazer é eliminar essa potencialidade da criança, fazendo dela um pré-adulto, devolvendo-a sistematicamente às compreensões únicas e verdadeiras, interpretando suas atitudes e condutas, segundo as grandes referências (como se fossem únicas e verdadeiras).

A criança não existe só pela faixa etária, ser criança é aceitar a aventura de se compor com as aprendizagens, deixar seu corpo descobrir experiências, explorar ambientes, percursos e emoções. Ser criança é aceitar a ousadia das viagens nômades, a coragem de se transportar para diferentes universos incessantemente, ao sabor de suas experiências cognitivas e afetivas, para extrair conhecimentos e vivências intensivas, reencontrando real e imaginário.

A criança, por ser criança, não pode ser classificada como fora da realidade ou alienada, ela realiza experiências de pensamento com o corpo todo e não busca estados de equilíbrio solidamente estáveis. Ela não pára, ela embarca em paixões, em novidades, em aventuras, em excursões, em programas da televisão, nas conversas dos adultos, nas cores que se estampam em roupas e cadernos, nos desenhos da luz filtrada por venezianas e frestas...

A criança é o que se liga nas chances de trajeto e traça cartografias de expedição. Inventava línguas para o que vê, sente e faz. Não se compõe com "permanências", arrasta sua expedição para outras terras.

O que diferencia a criança do adulto é que o adulto prefere mapas que indicam os percursos a seguir, localiza onde está, decide onde quer chegar, compra o mapa que possui esse roteiro e migra de um lugar para o outro. A criança cartografa em viagem, prefere a viagem. Os lugares, ela os localiza na sua carta, assinalando seus conhecimentos e se movendo pelo produto de encontros e acasos, afetos-criança. Produz a si mesma.

A criança como faixa etária da infância e a criança como devir encontram identidade e diversidade. Falo do fato que, na infância, o devir criança é força ativa de subjetivação, aprendizagem, crescimento e desenvolvimento. Mas a criança cronológica ao longo da história teve este devir afastado de sua ontologia, chamada ao cultural e ao biológico que exilam não apenas o devir criança, mas vetam o direito à infância.

---

<sup>5</sup> Deleuze e Guattari retomaram do ator e *mestre do teatro* Antonin Artaud a expressão Corpo sem Órgãos para destacar a necessidade de aprendermos a coragem para experimentar a vida.

Adorno traçou em *A experiência precoce da punição* um perfil da socialização da criança nos territórios da delinqüência ou da adversidade das condições de existência na contemporaneidade. Carentes de alimentação, habitação, saúde, escolarização e lazer, direitos de um universo eminentemente infantil, “um mundo onde realidade e o caráter lúdico da convivência com os outros se encontram entrelaçados em uma unidade indissociável”, as crianças são empurradas para o mundo adulto, onde permanecer *infantil*, não assumindo responsabilidades, passa a ser tido como atributo de incapacidade e desvalia. Precocemente descoladas do devir de que são reservatórios na humanidade, as crianças experimentariam uma socialização incompleta. Entretanto, um mundo assim é forjado: inserções sociais regradas em moralidades e racionalidades perversas à inventividade, criatividade e diversidade; amplas exclusões sociais naturalizadas; clamor e devoção às identidades e sofrimento psíquico diante das derivações, rebeldias e desobediências às regras e normas identitárias.

O entusiasmo com a aventura e a iniciativa, a coragem afetiva e a ruptura com os padrões moralistas, preconceituosos e segregadores recompõem o devir criança. A criança como potência do falso ao adulto, ao branco, ao heterossexual, ao racionalismo, ao forte, à forma homem (*demasiado humana*) permite/autoriza ousar e desafiar-se às novidades ou aos estados inventivos, criativos, inconformados e ativos.

A criança cronológica fica adulta, aceita os agenciamentos de subjetividade que a sociedade faz, que as instituições impõem, que os pais acham belos, bons, honrados, mas um devir-criança é a resistência a esses agenciamentos e a criança sobrevém no adulto, sobressai-se em seus acessos de alegria, em sua curiosidade risonha, no bom-humor ou quando detecta uma nova suavidade nos encontros.

Para um devir-criança não existe o *homem*, muito menos demasiado humano. O universo é para ser experimentado e vivido, crescer não é em uma direção e sentido, é invenção de direções e sentidos, desenvolver-se não é amadurecer e ficar adulto, é detectar potências de vida e dar-lhes existência. Só a criança sabe que a vida não é somente biológica e que a comunicação não é só pela palavra. A vida envolve múltiplos circuitos de conexão e múltiplas semióticas. Um bebê se conecta com o móbile sobre o berço, com o próprio berço, com o paninho com que ronca e fuça, ela murmura com o nariz e com a baba, ela murmura com a teta e com a água do banho.

Um devir-criança é uma atividade cartográfica, produto das potências de afetar e ser afetado, mesclar “real” e “imaginário” como realidade atual.

Guattari (1987) fala em devir-criança para afirmar que uma revolução, em qualquer domínio que seja, passa pela libertação prévia de uma energia de desejo e por acabar com todas as relações de alienação que pesam sobre as mulheres, as crianças, as minorias sexuais, as sensibilidades atípicas, sobre o amor aos sons, às cores, às novas idéias...

## Aprender com a criança

A mágica das crianças no brinquedo é que elas não só imitam, elas se tornam aquilo com que jogam, entram em zonas de vizinhança entre o que são e o que simulam nas brincadeiras.

Este estado é o mesmo que leva o artista à produção de arte, à entrar em zonas de indiscernibilidade entre o racional e o sensível. O artista só pode tornar visíveis as sensações que ele mesmo experienciou.

A experiência da sensação é a experiência do devir-artista, ela é equivalente às simulações da criança, é a experiência da conexão por afetos e da escuta áptica (escuta que capta o universo de fragmentos e os encaixa em uma dimensão cognitiva não racional).

O devir-criança e o devir-artista comungam a constituição de complexos de subjetivação e cognição que agenciam possibilidades individuais e coletivas e criam modalidades inéditas de aprender e conviver.

A simulação da criança é o aprendizado que os artistas entendem e os adultos deveriam se permitir. A simulação infantil nos serviria para forjar figuras reterritorializadoras, sem recorrermos aos modelos identitários ou de verdade, mas às figuras finitas que dilatam as probabilidades da realidade e introduzem novas marcações de temporalidade.

A diferença de um devir-artista ou de um devir-criança-em-nós está no fato de que com a primeira composição produzimos obras de arte e com a segunda composição produzimos a própria vida.

É da criança produzir a vida, seu desígnio é crescer, desenvolver-se, inventar figuras para ser, abandonar essas figuras, inventar novas, experimentar personagens com os quais aprenda sobre si, seus afetos e seu poder de vida, experimentar amigos imaginários para experimentar o desafio à lógica racional e aos valores morais e explorar o mundo com expedições cartográficas.

As brincadeiras de faz-de-conta e o jogo com diversos papéis sociais desnaturalizam a vida cotidiana e modificam a estrutura perceptiva. No brinquedo, a criança pode imaginar comportamentos, atuar experiências vividas e investir competências mais avançadas do que as que consegue agir quotidianamente. Efeitos de subjetivação emergem dessas atividades.

É da arte atingir esse estado infantil que não se esgota pela demasiada humanidade, colocando em existência visível o movimento de desmanchamento e engendramento das figuras da realidade, o surgimento de singularidades, a invenção de percursos e inscrição aos processos de vivência. Deleuze coloca que “à sua maneira, a arte diz o que dizem as crianças”.

O mundo demasiado humano, o mundo onde impera o adulto (sem o que diz a criança) está na história da cultura ocidental moderna: uma civilização da consciência (da intelectualidade cartesiana), superando a civilização trágica (da sabedoria) e dicotomizando instinto e razão, estética e conheci-

mento, arte e ciência.

Aprender com a criança? Será que aprender com a criança é observá-la? Será que é inverter a relação adulto-criança pela redução/eliminação da autoridade do adulto? Será que é valorizar todas as atitudes da criança como puras, belas e boas, porque são crianças? É bem mais simples e bem mais complicado... Trata-se de acolher um devir-criança-em-nós e não deixarmos de ser os adultos cronológicos que somos. Nossa responsabilidade com as crianças é de adultos, é também a de pediatras, puericultores, pedagogos e artistas.

A arte já está trazendo esta figura de criança aos nossos olhos e ouvidos. Não posso deixar de destacar o filme *Central do Brasil* (melhor filme no Festival de Berlim, 1998), que faz o encontro do adulto (uma mulher fria, racional, lógica, de olhar duro e reto) com a criança (um menino disposto a descobrir os afetos que podem mudar sua vida) e vai mostrar a estrada, o percurso. Tudo acontece no percurso, nada está ou esteve nas paradas. Walter Salles, o autor e diretor, diz: "é um filme de estrada, que é matéria viva, pronta a renovar-se e à remodelar-se, em função das surpresas que encontramos e da inventividade de todos os que colaboraram em sua realização".

Destaco: matéria viva/ pronta a renovar-se/ pronta à remodelar-se/ em função das surpresas/ em função da inventividade...

O adulto do filme vai se ressensibilizando, descobrindo a alteridade e presentificando uma mudança afetiva que o atravessa em todos os sentidos. Ali a figura da criança é a da iniciativa de ação, coragem exploratória, desejo de expedição.

Tomada a iniciativa, empreendida a expedição, começa uma nova liberdade. Liberdade não, como vimos, a propriedade, a pureza de alma, a obediência e temor a Deus ou ao poder. Liberdade como um *poder pegar a estrada*, empreender a vida: viagem das crianças.

### ***Pediatría, puericultura, pedagogía...: imágenes del niño y el devenir-niño***

**Resumen:** *El presente documento registra el planteamiento revisado de la conferencia realizada por el autor en un Seminario Nacional: Imágenes del niño – la infancia en las artes. El abordaje elegido fue la descripción de una historia de la niñez, capturando demarcaciones a la pediatría, puericultura y pedagogía, áreas de conocimiento específico o originario de la infancia. Se problematiza las imágenes del niño como representaciones que proponen reapresentaciones del mundo (modelización del mundo) y se desafía a pensar el mundo como indefinido, abierto a las producciones, donde el niño no tenga una imagen representada, pero una perspectiva visible de los devenires inventivos, creativos, curiosos, activos delante del mundo (invención de mundos). En lugar da imagen como representaciones y fijaciones del mundo, la imagen como potencia de realidades, abierta a las producciones, invenciones de mundos.*

**Palabras Clave:** Niño; Devenir; Infancia; Subjetividade; Pediatria; Puericultura; Pedagogia; Salud colectiva.

**Pediatrics, child care, pedagogy...: the child's images and the becoming-a-child**

**Abstract:** *The present document registers the revised approach of the conference held by the author in a National Seminar: the Child's Images - the childhood in the arts. The approach chosen was to describe a history of the childhood, capturing demarcations to the pediatrics, child care and pedagogy, areas of specific knowledge or originating from the childhood. There is a problematization of the child's images as representations that propose re-showing the world (modeling the world) and there is a challenge to think the world as indefinite, open to the productions, where the child does not have a represented image, but a visible perspective of the inventive, creative, curious, active transformations before the world (invention of worlds). Instead of an image as representation and fixation of the world, an image as potency of realities, open to the productions, invention of worlds.*

**Key-words:** Child; Transformations; Childhood; Subjectivity; Pediatrics; Child care; Pedagogy; Collective health.

## Referências

- ADORNO, Sérgio. A experiência precoce da punição. In:———. MARTINS, José de Souza (Coord.). **O massacre dos inocentes:** a criança sem infância no Brasil. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 181-208.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.
- BADINTER, Elisabeth. **O amor conquistado:** o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BOWLBY, Jonh. **Apego e perda:** apego. São Paulo: Martins Fontes, 1984<sup>6</sup>. v. 1
- CECCIM, Ricardo Burg. **Políticas da inteligência:** educação, tempo de aprender e dessegregação da deficiência mental. São Paulo: PUCSP, 1998.
- DARNTON, Robert. Histórias que os camponeses contam: o significado de mamãe ganso. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa.** Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 21-101.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Como criar para si um Corpo sem Órgãos. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. v. 3. p. 9-29.
- DELEUZE, Gilles. Dúvidas sobre o imaginário. **Conversações:** 1972-1990. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 80-87.
- DELEUZE, Gilles. O que as crianças dizem. **Crítica e clínica.** São Paulo: Editora 34, 1997. p. 73-79.

---

<sup>6</sup> Obra que não foi consultada para este texto, mas é listada devido a sua indicação quando me referi à introdução de um novo pensamento sobre a infância e relações maternas e familiares.



- FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. **Microfísica do poder**. 10 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 79-98.
- FREIRE COSTA, Jurandir; SALLES, Walter. Um filme contra o Brasil indiferente: o psicanalista Jurandir Freire Costa entrevista Walter Salles, diretor do filme Central do Brasil, premiado com o Urso de Ouro do Festival de Berlim. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 mar. 1998. Mais!, p. 5: 7-8.
- FREIRE COSTA, Jurandir. **Ordem médica e norma familiar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FREUD, Sigmund. **Sexualidad infantil y neurosis**. 6. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1984<sup>6</sup>.
- GUATTARI, Félix. Devir criança, malandro, bicha. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 64-69.
- KATZ, Chaim Samuel. Crianceria: o que é a criança. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, v. 4, p. 90-96, jun. 1996. Número Especial.
- LUZÁN, Julia. Paul Klee: mostra reúne na Espanha a obra do artista suíço que misturou pintura e música. **Zero Hora**, Porto Alegre, 20 jun. 1998. Segundo Caderno/Cultura, p. 12.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres. In:———. **Obras incompletas**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. v. 2, p. 77-107.
- SEVERO, Andréa Maria Duarte. Roda dos expostos II. **Porto & Vírgula**, Porto Alegre, v. 4, n. 29, p. 36-39, 1996.
- SPITZ, René A. **O primeiro ano de vida**. São Paulo: Martins Fontes, 1980<sup>6</sup>.

Texto assinado em 20/06/1998; contém a revisão empreendida para a publicação atual, embora sem atualizações que lhe retirassem o caráter datado de elaboração.